



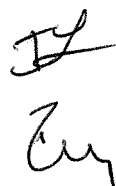
IL
Cy

1.ª Comissão Permanente
Comissão de Finanças, Património, Recursos
Humanos e Descentralização

PARECER

PROPOSTA N.º 19/2019

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a transferência, em 2019, para o Município de Lisboa, das competências previstas nos Decretos-leis setoriais já publicados, assim como o acordo prévio do Município de Lisboa, enquanto membro da Área Metropolitana de Lisboa, para assunção em 2019, por parte daquela Área Metropolitana, das competências previstas nos Decretos-leis setoriais respetivos, nos termos da proposta



1. CONSIDERANDOS

- I. O XXI Governo Constitucional reconhece que as Autarquias Locais são a estrutura fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade, pretendendo reforçar as competências dos Municípios, numa lógica de descentralização e de subsidiariedade, tendo consagrado no respetivo Programa do Governo o alargamento da sua participação nos diversos domínios de atuação do Estado;
- II. Através da Lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, foram estabelecidos os princípios gerais da transferência de competências para os Municípios, Freguesias e Entidades Intermunicipais;
- III. As novas competências irão reforçar e aprofundar a autonomia local, respeitando os princípios da subsidiariedade e da descentralização administrativa como base da reforma do Estado e cumprindo, assim, o Programa do XXI Governo Constitucional;
- IV. Em linha com o que já prevê a referida Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, o processo de transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais é efetuada em 2019, podendo as Autarquias Locais assumir as novas competências de forma faseada até 1 de janeiro de 2021, acompanhando o atual ciclo autárquico;
- V. No entanto, relativamente ao ano de 2019 prevê-se que os Municípios que não pretendam exercer as competências previstas nos vários Decretos-leis setoriais comuniquem esse facto à Direção Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação das respetivas Assembleias Municipais;
- VI. Todas as competências previstas na citada Lei consideram-se transferidas para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais até 1 de janeiro de 2021;
- VII. No que especificamente respeita às Entidades Intermunicipais, estabelece o n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que o exercício das novas competências por parte destas entidades carece do prévio

IL
Eu

acordo dos Municípios que as integram, e clarifica o artigo 42.º da mesma Lei que até à criação de outras formas de organização territorial autárquica, nas áreas de Lisboa e Porto as competências transferidas para as Entidades Intermunicipais são exercidas pelas Áreas Metropolitanas respetivas;

- VIII.** Tal como disposto na referida Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas de âmbito setorial relativos às áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado;
- IX.** Estes diplomas identificam cada área e a forma de afetação dos respetivos recursos, mas também, quando necessário, os mecanismos e termos da transição, nomeadamente dos recursos humanos afetos ao exercício de cada competência, tendo sido publicados em Diário da República, até à presente data, 11 Decretos-Leis setoriais;
- X.** Destes, 9 transferem competências para os Municípios nos seguintes domínios: (i) praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado (Decreto-lei n.º 97/2018); (ii) autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo (Decreto-lei n.º 98/2018); (iii) vias de comunicação (Decreto-lei n.º 100/2018); (iv) no domínio da justiça (Decreto-lei n.º 101/2018); (v) apoio aos bombeiros voluntários (Decreto-lei n.º 103/2018); (vi) estruturas de atendimento ao cidadão (Decreto-lei n.º 104/2018); (vii) habitação (Decreto-lei n.º 105/2018); (viii) gestão do património imobiliário público sem utilização (Decreto-lei n.º 106/2018) e (ix) estacionamento público (Decreto-lei n.º 107/2018);
- XI.** Por sua vez, transferem competências para as Entidades Intermunicipais os diplomas setoriais relativos a 4 áreas, a saber: (i) promoção turística (Decreto-lei n.º 99/2018); (ii) justiça (Decreto-lei n.º 101/2018); (iii) projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento (Decreto-lei n.º 102/2018) e (iv) apoio aos bombeiros voluntários (Decreto-lei n.º 103/2018);

- XII.** Algumas destas competências já são atualmente desempenhadas pelas Autarquias, nomeadamente ao abrigo de contratos interadministrativos, cuja vigência cessará no momento em que Municípios, Freguesias e Entidades Intermunicipais assumam, no âmbito desta nova Lei, as competências aí previstas;
- XIII.** No conjunto dos diplomas legais setoriais referidos, prevê-se que a transferência de competências pode operar de forma automática, universal, ou dependente do acordo expreso de cada Município, ao fazer depender as transferências de atos específicos de iniciativa municipal e/ou da celebração de acordos, de deliberação das respetivas Assembleias Municipais, nos casos sujeitos à apreciação deste órgão, bem como, no que respeita à assunção das competências pelas Entidades Intermunicipais, de acordo prévio de todos os Municípios que as integram;
- XIV.** A assunção de competências dependente de atos específicos de iniciativa municipal e/ou da celebração de acordos por cada Município, constam dos seguintes diplomas:

i. Decreto-lei n.º 100/2018 – Vias de comunicação

A transferência de competências respeitantes à gestão dos troços de estrada e dos equipamentos e infraestruturas neles integrados, bem como dos troços de estrada desclassificadas pelo Plano Rodoviário Nacional e os troços substituídos por variantes ainda não entregues através de mutação dominial por acordo entre a Infraestruturas de Portugal, SA (IP, SA) e o respetivo Município tem carácter universal (cf artigo 2º, nº1, als. a) e b));

Por sua vez, a transferência para os Municípios da titularidade das vias referidas no parágrafo anterior, bem como a respetiva manutenção, conservação e reparação e os recursos financeiros para lhes fazer face, não é automática (universal), uma vez que apenas será concretizada através de mutação dominial, por acordo entre a IP, SA, e cada Município passando, então, a integrar o domínio público municipal, competindo à Câmara Municipal submeter à aprovação da Assembleia



Municipal, o projeto de transferência acordado com a IP, SA (cf artigo 2º, nº 2, artigo 7º, nºs 1, 5 e 6, artigo 9º, nº 2);

Estão excluídos desta transferência os troços de estradas ou estradas que integram itinerários principais e itinerários complementares (cf artigo 4.º, nº 2, al. b)), que, no caso do Município de Lisboa, é o Eixo Norte-Sul (IP7) e a Circular Regional Interior de Lisboa (IC17);

O financiamento das competências a transferir para os Municípios advém das receitas resultantes dos atos de gestão dos espaços, equipamentos e infraestruturas abrangidos, designadamente as resultantes da exploração e da atribuição de títulos de utilização privativa da zona de estrada;

O financiamento das intervenções de manutenção, conservação e reparação das estradas será concretizado no acordo a celebrar entre o Município e a Infraestruturas de Portugal;

ii. Decreto-lei n.º 104/2018 - Estruturas de atendimento ao cidadão

Este diploma concretiza a transferência para os órgãos municipais de competências relativas à instalação e à gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão, à instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes, bem como à instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes;

Quanto à efetiva instalação e gestão de cada Loja de Cidadão e/ou de Espaço Cidadão, depende de acordo a celebrar entre os Municípios e a Agência para a Modernização Administrativa, I. P. (AMA, I. P.), enquanto entidade gestora da rede das Lojas de Cidadão e dos Espaços Cidadão, bem como com cada um dos serviços ou organismos públicos a instalar (cf artigo 2º, nº 2);

De notar que, no que respeita ao Município de Lisboa, já se encontra prevista a abertura, em 2019, de uma nova Loja do Cidadão no “Mercado 31 de Janeiro” que será a primeira a ser gerida por esta Autarquia;



No caso da instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes, instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes, o Município de Lisboa já desenvolve diversas atividades neste âmbito, prosseguindo as políticas definidas nestas áreas pelo Município;

O financiamento da gestão das Lojas de Cidadão é remetido para o Decreto-Lei n.º 74/2014, de 13 de maio, mediante a celebração de acordo escrito entre o Município, a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) e os organismos instalados na Loja, sendo fixada uma transferência mensal para reembolso das despesas suportadas: serviços de higiene e limpeza, segurança, serviços essenciais, comunicações, serviços técnicos e utilização do espaço;

As Lojas de Cidadão atualmente geridas pela AMA e instaladas antes de Maio de 2014, serão sujeitas a legislação especial, que regulará a respectiva transferência para os Municípios (cf artigo 17º, nº 1);

Para as restantes Lojas/Espaços a instalar, será definido um conjunto de condições que sustentará a matriz de transferência/protocolos;

iii. Decreto-lei n.º 105/2018 – Habitação

No setor da habitação, a transferência de competências tem carácter universal (automático) relativamente à gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana, mas ainda dependente de diplomas legais de enquadramento de cada um dos programas, a submeter a parecer prévio da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que defina os termos em que aquela gestão será exercida pelos Municípios assim como estabeleça os recursos financeiros necessários a essa gestão (cf artigo 4.º, nºs 1 e 3);

Quanto à transferência de propriedade e gestão de imóveis de habitação social que integram o parque habitacional da Administração direta e indireta do Estado, esta depende de acordo expreso dos Municípios (cf artigo 5.º) e da celebração de autos de transferência, devendo ser constituída, por iniciativa do Município, uma comissão de análise para este efeito (cf artigo 7.º). A competência para deliberar sobre este

acordo está cometida às Assembleias Municipais, podendo o exercício de competências de gestão ser delegada pelas Câmaras Municipais designadamente em empresa local, de natureza municipal ou intermunicipal, de capitais exclusivamente públicos (cf artigo 3º, nºs 1 e 2);

No caso da transferência da propriedade e gestão dos imóveis – são previstas como fontes de receita o valor das rendas, a celebração de contratos programa e as dotações a inscrever no orçamento do Ministério das Finanças e outras dotações previstas na Lei do Orçamento do Estado;

iv. Decreto-lei n.º 106/2018 – Gestão do património imobiliário público sem utilização

A transferência das competências de gestão do património imobiliário público depende de acordo entre o Município interessado e a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no caso de o proprietário do imóvel ser o Estado, ou o instituto público que seja titular do imóvel ou a quem tenha sido cedida a respetiva gestão (cf artigo 8.º, nº 1), formalizando-se a mesma através da apresentação, pelo Município, de um projeto de valorização patrimonial economicamente sustentável;

Por sua vez, passam a constituir receitas dos Municípios aquelas que sejam geradas pelos imóveis objeto de transferência da competência de gestão, nomeadamente as receitas decorrentes de arrendamento ou outras operações imobiliárias previstas no acordo de transferência (cf artigo 9º, nº 2), definindo-se que para este efeito entende-se por benefício económico o valor que resulta da dedução às receitas geradas pelo imóvel, das despesas efetivamente suportadas com a recuperação, funcionamento, conservação e manutenção do mesmo, assim como dos custos com a respetiva depreciação ou amortização (cf artigo 9.º, nº 5);

XV. Por sua vez, a assunção de competências pelos Municípios por transferência automática (universal) opera nos seguintes domínios:

i. Decreto-lei n.º 97/2018 – Praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado

TL
Euy

Não existindo no Município de Lisboa praias marítimas, fluviais ou lacustres, este diploma legal não se aplica na prática, porquanto não existem matérias a transferir nas áreas objeto do mesmo;

ii. Decreto-lei n.º 98/2018 -_Autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo

Os Municípios passam a deter a competência para autorizar a exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, advindo o financiamento das competências a transferir para os Municípios do produto das taxas a fixar pelos órgãos municipais pelos atos de autorização que pratiquem;

iii. Decreto-lei n.º 101/2018 – Justiça

Neste diploma, prevê-se a transferência de competências com carácter universal, no caso dos Municípios, em matéria de reinserção social de jovens e adultos, de prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, da rede dos julgados de paz e de apoio às vítimas de crimes;

O Município de Lisboa já atua nestas áreas, tendo uma ampla experiência na definição e implementação de projetos, designadamente ao abrigo de Planos Municipais na área da prevenção e combate à violência doméstica e de género (está previsto para este mandato a criação de um Centro de Acolhimento às Vítimas de Violência e existe uma Bolsa de fogos municipais para apoio às mulheres objeto de violência), de parcerias com outras entidades, públicas e privadas (como, por exemplo, a APAV), bem como no que concerne à proteção de menores, através dos Centros de Apoio a Crianças e Jovens (CPCJ), e em matéria de reinserção social, incluindo de reclusos;

Quanto aos julgados de paz, o Município também já desenvolve atividades neste âmbito, ao abrigo de um protocolo celebrado, em 2001, com o Ministério da Justiça (MJ), suportando na íntegra as despesas inerentes às respetivas instalações, funcionamento (exceto o *software* que pertence ao MJ) e recursos humanos (exceto os juízes). Através deste diploma, é agora transferido o poder de iniciativa para

IL
Eu

apresentação de propostas de criação, instalação, modificação ou extinção dos julgados de paz concelhios e de agrupamentos de concelhos respetivamente, por parceria pública com o MJ;

As competências transferidas permitem a participação em ações ou projetos e a cooperação com a Administração Central;

As competências a exercer pelos Municípios não envolvem a transferência de recursos;

iv. Decreto-lei n.º 103/2018 - Apoio às Associações dos Bombeiros Voluntários

O Município já exerce diversas competências relativamente à associações de Bombeiros Voluntários, vindo este diploma concretizar o reforço das competências das Autarquias Locais neste âmbito, designadamente em matéria do funcionamento das equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários;

O financiamento relativo ao apoio ao funcionamento das EIP mantém-se como atualmente (repartição financiamento em partes iguais, a suportar pela ANPC e pelas câmaras municipais);

Aquando da revisão da regulamentação inerente à sua criação, será o mesmo revisto;

Relativamente às demais competências a exercer pelos Municípios ou entidades intermunicipais não envolvem a transferência de recursos;

v. Decreto-lei n.º 107/2018 - Estacionamento público

Este diploma determina, inovatoriamente, a transferência para os órgãos municipais das competências para, sem necessidade de prévia autorização da administração central do Estado, procederem à instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários, incluindo a aplicação de coimas e custas, por infrações leves relativas ao estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, vias e nos demais espaços públicos, dentro das localidades e fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal (cf artigo 2.º, n.º 1, alíneas a) e b)), matéria que competia à Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

JS
Euy

(ANSR), ainda que estivesse previsto que tais competências pudessem ser atribuídas às Câmaras Municipais cumpridos os respetivos pressupostos (cf artigo 169º, nºs 1 e 7, do Anexo à Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro);

Adicionalmente passa agora a prever-se que o produto das coimas aplicadas por contraordenação rodoviária em matéria de estacionamento proibido, indevido ou abusivo do diploma, reverte nos seguintes termos: (i) quando resulte de atividade de fiscalização dos serviços municipais, em 100 % a favor do Município; (ii) quando resulte de atividade de fiscalização das forças de segurança, em 30 % a favor da entidade fiscalizadora e 70 % em favor do Município e (iii) quando resulte de atividade de fiscalização exercida por empresas locais enquanto entidade autuante e fiscalizadora do Código da Estrada e sua legislação complementar, bem como dos regulamentos e posturas municipais de trânsito, em 100 % a favor do Município (cf artigo 2.º, n.º 1, alínea b));

Esta nova afetação altera significativamente a repartição anteriormente fixada, na medida em que o produto das coimas aplicadas por contraordenação rodoviária em resultado da atividade de fiscalização da polícia municipal revertia em 55 % a favor do Município, 10 % para a ANSR e 35 % a favor do Estado (cf artigo 7.º, n.º 2, do Decreto-lei n.º 197/2008, de 7 de outubro);

XVI. A transferência de competências para os órgãos das Entidades Intermunicipais depende de prévio acordo de cada um dos Municípios que as integrem e consta dos seguintes diplomas legais (cf artigo 30º, nº 2, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto):

i. Decreto-lei n.º 99/2018 - Promoção turística interna sub-regional

As competências a transferir prendem-se, designadamente, com a articulação com as entidades regionais de turismo, com os planos regionais de turismo e com a estratégia nacional de turismo, de forma a assegurar a respetiva coerência e eficiência, bem como com a promoção de uma melhor territorialização das políticas e estratégias de turismo;

As competências a exercer não envolvem a transferência de recursos;

ii. Decreto-lei n.º 101/2018 - Justiça

DL
Eu

A transferência de competências neste âmbito concretiza-se nos mesmos termos que para os Municípios descritos no anterior considerando XV, permitindo as competências transferidas a participação em ações ou projetos e a cooperação com a Administração Central;

As competências a exercer pelos Municípios não envolvem a transferência de recursos;

iii. Decreto-lei n.º 102/2018 - projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento

Esta transferência de competências permite que as Entidades Intermunicipais passem a participar, designadamente na elaboração da estratégia global das respetivas Regiões, do programa de ação para a prossecução dessa estratégia e a definição, implementação e monitorização de programas de captação de investimento de dimensão sub-regional em articulação com as opções de desenvolvimento a nível regional, bem como gerir e implementar projetos financiados através de fundos europeus;

As Entidades Intermunicipais passam a ter um papel mais ativo na dinamização e promoção, a nível nacional e internacional, do potencial económico da respetivas sub-regiões, assim como no acesso a programas de financiamento europeu, tendo como objetivo a implementação de projetos a nível sub-regional;

As competências a exercer não envolvem a transferência de recursos, mas possibilitam a gestão de projetos financiados por fundos europeus;

iv. Decreto-lei n.º 103/2018 – Apoio às Corporações de Bombeiros Voluntários e definição da rede dos respetivos quartéis

Neste âmbito, as Entidades Intermunicipais assumem competências em matéria de definição da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações daqueles bombeiros, passando a ter um papel mais participativo nestas matérias;



O financiamento relativo ao apoio ao funcionamento das EIP mantém-se como atualmente (repartição financiamento em partes iguais, a suportar pela ANPC e pelas câmaras municipais);

Aquando da revisão da regulamentação inerente à sua criação, será o mesmo revisto;

Relativamente às demais competências a exercer pelos Municípios ou entidades intermunicipais não envolvem a transferência de recursos;

- XVII.** A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e o Governo encetaram negociações tendo por objetivo a concretização de um processo de transferência de novas competências para os Municípios e para as Entidades Intermunicipais, que culminou na aprovação da já referida Lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), na alteração à Lei das Finanças Locais (já publicada – Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, que altera a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) e na aprovação dos Decretos-leis de âmbito setorial;
- XVIII.** Na consensualização dos Decretos-leis acima enunciados, a ANMP determinou o estabelecimento de determinadas garantias relativas ao desenvolvimento do processo de descentralização, tendo sido prevista na alteração à Lei das Finanças Locais a existência de um Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), destinado a financiar as competências a transferir, o que não foi aceite em sede de aprovação do Orçamento do Estado para 2019;
- XIX.** O desenvolvimento deste processo de descentralização deve decorrer com o máximo rigor, previsibilidade, responsabilidade e universalidade, pelo que constitui exigência da ANMP, ao Governo e aos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República, que clarifiquem qual o procedimento legal que garanta o financiamento das competências a transferir, preocupações que o Município de Lisboa acompanha;
- XX.** Assim, esta transferência de novas competências não coloca em causa a natureza pública das políticas e assegura a universalidade do serviço público, estando o Município de Lisboa em condições de assumir, de



forma cabal, as competências previstas nos Decretos-leis setoriais suprarreferidos, na medida em que, por um lado, encontram-se assegurados os meios necessários ao exercício das competências que são transferidas de forma universal (automática) e, por outro, no que concerne às demais competências, estão legalmente previstos mecanismos de análise prévia pelo Município das condições e meios associados à sua efetiva transferência, sendo esta concretizada através da celebração de acordos.

2. ANÁLISE DA PROPOSTA

A Proposta n.º 19/2019, em análise pelo Grupo de Trabalho do Processo Legislativo da Descentralização e pela 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património, Recursos Humanos e Descentralização, surge na sequência da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018) e dos Decretos-leis de âmbito setorial aprovados, identificados nos pontos X e XI dos Considerandos.

A referida Lei concretiza os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, sendo um sinal claro e justo reconhecimento do Poder Central, nomeadamente do Governo, na capacidade, competência e eficácia das autarquias locais e entidades intermunicipais.

A Lei e a presente Proposta garantem que a transferência de atribuições e competências preserve a autonomia administrativa, financeira, patrimonial, e organizativa das autarquias locais, garanta a qualidade dos serviços públicos, a coesão territorial e a universalidade e igualdade de oportunidades no acesso ao serviço público.

Fica ainda garantido, quer pela Lei, quer pela presente Proposta, a eficiência e eficácia da gestão pública, assim como a garantia da transferência para as autarquias locais dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados, considerando os atualmente aplicados nos serviços e competências descentralizados.



A Lei consagra ainda que a transferência das novas competências tem carácter universal, podendo, no entanto, as autarquias locais e as entidades intermunicipais, fazê-lo de forma gradual até janeiro de 2021, mediante prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos.

Assim sendo, e se nada for feito, a transferência das novas competências é automática, e produz efeitos nos termos de cada decreto-lei, sem prejuízo do referido no parágrafo anterior.

Portanto, a presente Proposta representa mais do que as suas próprias deliberações, assumindo um compromisso e uma intenção, clara e expressa, do Município de Lisboa com o processo de descentralização.

A Proposta prevê a aceitação das competências pelo Município, previstas em 9 decretos-leis, nos seguintes domínios:

- (i) praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado (Decreto-lei n.º 97/2018);
- (ii) autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo (Decreto-lei n.º 98/2018);
- (iii) vias de comunicação (Decreto-lei n.º 100/2018);
- (iv) justiça (Decreto-lei n.º 101/2018);
- (v) apoio aos bombeiros voluntários (Decreto-lei n.º 103/2018);
- (vi) estruturas de atendimento ao cidadão (Decreto-lei n.º 104/2018);
- (vii) habitação (Decreto-lei n.º 105/2018);
- (viii) gestão do património imobiliário público sem utilização (Decreto-lei n.º 106/2018)
- (ix) estacionamento público (Decreto-lei n.º 107/2018)

E ainda a transferência de competências para as entidades intermunicipais, previstas em 4 decretos-leis, nas seguintes áreas:

- (i) promoção turística (Decreto-lei n.º 99/2018);
- (ii) justiça (Decreto-lei n.º 101/2018);

DL
Eu

- (iii) projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento (Decreto-lei n.º 102/2018);
- (iv) apoio aos bombeiros voluntários (Decreto-lei n.º 103/2018);

Importa destacar que o Decreto-lei n.º 97/2018, relativo a “praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado”, não tem aplicação prática, por não existirem matérias nas áreas objeto do mesmo.

No que diz respeito às praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado (Decreto-lei n.º 97/2018), autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo (Decreto-lei n.º 98/2018), justiça (Decreto-lei n.º 101/2018), apoio aos bombeiros voluntários (Decreto-lei n.º 103/2018) e ao estacionamento público (Decreto-lei n.º 107/2018), a transferência de competências é universal, isto é, opera de forma automática.

Nos restantes domínios, ou seja, em matéria de vias de comunicação (Decreto-lei n.º 100/2018), estruturas de atendimento ao cidadão (Decreto-lei n.º 104/2018), habitação (Decreto-lei n.º 105/2018) e gestão do património imobiliário público sem utilização (Decreto-lei n.º 106/2018), a transferência opera por acordo, conforme estipulado no respetivo decreto-lei, sendo que em todos os casos os acordos são celebrados por iniciativa do Município.

É ainda relevante destacar que, na maioria das áreas o Município já desempenha estas competências, por sua vontade, por via de acordos e protocolos com as entidades da administração central do Estado que atualmente têm essa competência. Em momento algum a Câmara Municipal de Lisboa se alheou da preocupação e da prestação dos serviços públicos essenciais e fundamentais à vida dos seus munícipes, mesmo quando essa não era sua competência direta.

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que a presente Proposta vem afirmar, consagra aquilo que já era a atuação do Município, nos mais diversos domínios, como é exemplo os protocolos em matérias de justiça, no âmbito das

IL
Eu

CPCJ, em matéria de estacionamento público, a atuação da polícia municipal, que agora vê reforçada a sua quota do produto das multas e, ainda, em matéria de estruturas de atendimento ao cidadão, temos o bom exemplo da nova Loja do Cidadão no “Mercado 31 de janeiro”, cujo protocolo é anterior a esta Lei.

Ainda quanto ao Município, importa referir que ao longo do processo de transferência destas competências, virá à Assembleia Municipal um vasto conjunto de matérias, para aprovação, nomeadamente a integração no domínio público municipal, prevista no Decreto-Lei n.º 100/2018, para vias de comunicação, ou a transferência do direito de propriedade, prevista no Decreto-Lei n.º 105/2018, para a habitação social que integra o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado.

A Proposta propõe, também, a aceitação das 4 competências previstas transferir para a Área Metropolitana de Lisboa (AM). Neste ponto, a lei prevê que a aceitação das competências por parte da AM, carece do acordo prévio de todos os Municípios que a compõe, através de deliberação dos seus órgãos deliberativos, isto é, da Assembleia Municipal.

Estas novas competências não envolvem a transferência de recursos, mas possibilitam que os Municípios, através da AM, tenham acesso e participem, nomeadamente na definição estratégica do turismo da região e da sua própria promoção, bem como a participação e gestão de projetos com financiamento por fundos europeus.

Por fim, e não de somenos, importa referir que esta é uma Lei e uma Proposta que vem ao encontro do caminho que tem sido percorrido em Lisboa, por todos, da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

3. CONCLUSÕES



Importa recordar o recente processo da Reforma Administrativa de Lisboa, implementado através da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, com as alterações da Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto.

Constatamos hoje que o processo de Reforma Administrativa de Lisboa decorreu de forma globalmente positiva para os interesses da cidade e dos seus cidadãos. A gestão de proximidade trouxe melhor serviço às populações e resposta mais rápida e eficaz aos problemas do dia-a-dia.

Com efeito, o efetivo exercício das novas competências, gerou, naturalmente, uma intenção, que é aliás permanente, de procura de melhores e mais eficazes soluções em termos da prestação do serviço público aos cidadãos. Se assim não fosse, ter-se-ia tratado de uma mera mudança da entidade executante de tais competências, o que manifestamente não foi a intenção, nem o espírito, da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa.

É, portanto, neste espírito que Lisboa abraça este novo processo de descentralização.

A experiência adquirida nos últimos anos, permitiu perceber melhor estes processos, encontrar as suas virtudes e corrigir os eventuais erros, omissões ou circunstâncias supervenientes.

Como já foi referido, as novas competências transferidas pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e pelos respetivos Decretos-leis setoriais são, em muitos casos, matérias nas quais o Município já exerce, por vontade própria, e superior interesse das populações, algumas tarefas ou competências, quer através de acordos, quer através de protocolos.

Este é um processo que não termina aqui.

Por um lado, com a aprovação da presente Proposta, aceitam-se as competências previstas em 9 Decretos-leis para o Município, e dá-se o aval para que a Área Metropolitana receba as competências previstas noutros 4



Decretos-leis. No entanto, existem ainda um conjunto de outras matérias previstas na Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, que ainda não estão previstas nos respetivos Decretos-leis setoriais, nomeadamente nas áreas da Educação e da Saúde.

Por outro, com esta Proposta abre-se um processo negocial, que em determinados casos será relativamente simples, mas noutros implicará um trabalho conjunto entre o Município e a Administração Central, onde se estudará, caso a caso, as condições das transferências e os meios envolvidos. São os casos, nomeadamente das vias de comunicação, das estruturas de atendimento ao cidadão, da habitação e da gestão do património imobiliário público, sem utilização.

É, portanto, o início de um caminho, onde se assume, desde já, a vontade de receber estas competências.

Por exemplo, no caso da habitação (Decreto-Lei n.º 105/2018), claramente o mais complexo, será criada uma comissão de análise que terá de elaborar um relatório, onde conste a identificação de todos os bens imóveis destinados a habitação social. Esse mesmo relatório terá de ser submetido à Assembleia Municipal, sob a forma de Proposta, para que a mesma possa deliberar a transferência para o Município do direito de propriedade dos referidos imóveis e, caso seja necessário, o pedido a submeter ao Governo, para a realização de despesa com as benfeitorias necessárias.

Em suma, este é um processo que vem ao encontro da vontade do Município. Como se referiu anteriormente, a experiência acumulada com a Reforma Administrativa de Lisboa e outros momentos e processos anteriores à mesma, mostram e garantem que o Município está nas melhores condições para assumir e conduzir um processo de descentralização como este.

DL
Cy

Por fim, assinalar que esta Proposta, foi aprovada por maioria, em reunião de Câmara no dia 24 de janeiro, com 10 votos a favor (6 PS, 2 Ind. e 2 PPD/PSD), 4 abstenções (4 CDS/PP) e 3 votos contra (2 PCP e 1 BE).

4. OPINIÃO DA RELATORA

A cidade e os munícipes exigem respostas e soluções diárias, e nós, enquanto decisores políticos, temos o dever, mas também a obrigação, de trabalhar e caminhar no sentido de uma constante melhoria do serviço público, bem como da eficiência e eficácia do mesmo.

Acredito, portanto, tal como acreditei na Reforma Administrativa de Lisboa, e que acabou por ficar demonstrado em diversos estudos e inquéritos, que a proximidade é o melhor caminho para este objetivo, que deve ser comum a todos, de fazer mais e melhor cidade.

Concluo, com a certeza, que Lisboa será, depois deste processo de descentralização, um Município melhor preparado para enfrentar e resolver os problemas da vida quotidiana dos seus munícipes, assim como continuará a ser uma cidade referência em matéria de descentralização e aproximação democrática.

5. OPINIÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS E DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS INDEPENDENTES

A opinião dos Grupos Municipais do Partido Popular Monárquico (PPM) e do Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN), consta como anexo ao presente parecer.

Os restantes Grupos Municipais e os Deputados Municipais que exercem o seu mandato como independentes reservam a sua opinião para a discussão em sessão plenária da Assembleia Municipal.

6. RECOMENDAÇÕES

A apreciação da Proposta n.º 19/2019 suscita a remessa à Câmara das seguintes recomendações:

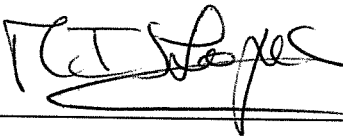
1. Em matérias de financiamento e transferência de recursos, que a Câmara Municipal de Lisboa assuma um papel de salvaguarda dos interesses dos seus munícipes, e que, sempre com vista à transferência das competências, apenas estabeleça os acordos que garantam as necessidades do Município e da sua população;
2. À semelhança de processos anteriores, que remeta à Assembleia Municipal de Lisboa, sempre, toda a informação relevante sobre a evolução deste processo, mesmo quando a deliberação desta não seja necessária;
3. Dê conhecimento à Assembleia Municipal, logo que possível, da lista de imóveis referida no n.º 1 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 106/2018;
4. Caso a transferência das competências para a Área Metropolitana de Lisboa não se venha a realizar, em virtude da não aceitação das mesmas por todos os Municípios que a compõe, deve o Município de Lisboa, apenas, nas competências que previam a cooperação das duas entidades, assumir, na medida do possível, a competência na totalidade.
5. No seguimento daquela que já vem sendo a política municipal, e sempre que o superior interesse das populações assim o requeira, bem como, nos casos em que se preveja uma melhoria na qualidade da prestação do serviço público, promova a celebração de Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia.

A Proposta n.º 19/2019 está em condições de ser debatida em Plenário da Assembleia Municipal de Lisboa.

Este Parecer foi aprovado pela maioria dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes à 1.ª Comissão, com a abstenção do PAN.

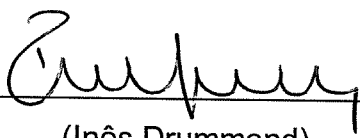
Assembleia Municipal de Lisboa, 28 de janeiro de 2019

A Presidente da 1.^a Comissão



(Irene Lopes)

A Deputada-Relatora



(Inês Drummond)